



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 18 | Nº. 34 | Jan./Jun. de 2026

Maria Alice Mendes Pereira

Universidade de São Paulo / USP

mampereira@usp.br

A ASSISTÊNCIA PSIQUIÁTRICA NAS PÁGINAS DO JORNAL ESTADO DE MINAS (1979).

RESUMO

Por meio da análise do jornal *Estado de Minas* como fonte e objeto de estudo historiográfico, a partir das contribuições de Tania Regina de Luca, examinam-se neste artigo os debates em torno da assistência psiquiátrica em Minas Gerais em 1979. A análise evidencia que o jornal foi palco de um debate entre dois grupos, um que defendia o modelo vigente e outro que o questionava. O estudo mostra que, embora o jornal tivesse caráter conservador e alinhado ao regime militar, as denúncias ajudaram a mobilizar a sociedade em prol da Luta Antimanicomial, evidenciando a complexidade de um contexto marcado pela Ditadura Militar, ainda que no início da abertura política.

Palavras-chave: Psiquiatria; Loucura; Luta Antimanicomial; Imprensa.

ABSTRACT

This article examines debates on psychiatric care in Minas Gerais in 1979 through an analysis of the newspaper *Estado de Minas* as both a historical source and an object of historiographical inquiry, drawing on Tania Regina de Luca's reflections on the press. The analysis shows that the newspaper became an arena of dispute between defenders and critics of the prevailing psychiatric model. Although conservative and aligned with the military regime, its pages published denunciations that helped mobilize society around the *Luta Antimanicomial*, revealing the complexity of a context marked by dictatorship and political opening.

Keywords: Psychiatry; Madness; Brazilian anti-asylum movement; Press.

Introdução¹

Durante a década de 1970, o modelo asilar de tratamento psiquiátrico passou a ser fortemente contestado por profissionais da saúde, sobretudo após o surgimento do Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental (MTSM) em 1978². No ano seguinte, Minas Gerais se tornou palco de diversos eventos que contribuíram para a organização da Luta Antimanicomial no estado, tais como: as visitas de Franco Basaglia³, o *III Congresso Mineiro de Psiquiatria*, a produção da série de reportagens *Nos Porões da Loucura*, do jornalista Hiram Firmino e o documentário *Em Nome da Razão*, do cineasta Helvécio Ratton. Neste contexto, o *Estado de Minas*⁴, jornal de maior circulação do estado, acabou sendo utilizado tanto para divulgar as ideias que contestavam o modelo asilar e hospitalocêntrico quanto para defendê-lo, tornando o periódico uma importante fonte para acompanhar o debate em torno da assistência psiquiátrica em Minas Gerais.

A utilização da imprensa como fonte exige alguns cuidados, os periódicos elegem aquilo que consideram digno de chegar até o seu público, além de organizar e estruturar a narrativa de uma determinada forma (LUCA, 2008). Assim, o título da matéria e se ela é isolada ou composta por uma série de reportagens são pontos a serem levados em consideração. Da mesma forma, o local do jornal destinado para a reportagem também é um aspecto relevante, bem como o grupo responsável pelo editorial e a publicidade.

As considerações apontam, portanto, para um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delineia uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inserido na crítica competente. (LUCA, 2008, p. 141)

¹ O texto é um desdobramento do projeto de doutoramento.

² O modelo asilar já havia sofrido contestações anteriores, como por exemplo, a “comunidade terapêutica” na Inglaterra, a “psiquiatria de setor” na França e a psiquiatria comunitária ou preventiva nos Estados Unidos, o movimento surgido na Itália e liderado por Franco Basaglia teve forte influência em Minas Gerais. A esse respeito, ver: AMARANTE, Paulo. *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: 2º Ed. Fiocruz, 1998.

³ Franco Basaglia foi um psiquiatra italiano que, a partir de sua experiência como diretor do Hospital Psiquiátrico de Gorizia, propôs uma nova abordagem para a psiquiatria que teve forte influência em MG.

⁴ Sobre o jornal Estado de Minas ver: RODRIGUES, Hila; AMARAL, Laio. Jornalismo político e enquadramento: uma análise da cobertura da ditadura militar pelo jornal Estado de Minas. In: *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste* – Ouro Preto - MG – 28 a 30/06/2012.

Sendo assim, antes de analisar o jornal propriamente dito, é importante salientar que as fontes foram produzidas em um contexto de ditadura e, apesar de coincidir com o período de início da abertura política⁵, a censura à imprensa não era algo distante. Durante o período da ditadura militar (1964-1985)⁶, o jornal, de caráter conservador, declarava constantemente apoio aos militares no poder: “as narrativas e enquadramentos utilizados pelo *Estado de Minas* contribuíram para a edificação de discursos que auxiliaram diretamente na construção, disseminação e fixação de uma imagem positiva do grupo de generais que conduzia o país” (RODRIGUES; AMARAL, 2012, p. 04). E é neste contexto que as publicações sobre tratamentos psiquiátricos começaram a aparecer.

De um lado, estavam a sociedade civil, jornalistas e diversos profissionais da área da saúde, que passaram a questionar a assistência psiquiátrica vigente; do outro, grupos que defendiam a manutenção do então modelo de tratamento, que era bastante lucrativo. O jornal publicizou esse debate para a população em geral, sendo que cada ala procurava levantar argumentos que favorecessem seu posicionamento. É interessante destacar que, mesmo com a censura e o alinhamento do editorial ao regime militar, foi possível encontrar nas fontes críticas diretas às políticas de saúde vigentes, ainda que estas fossem prontamente respondidas nas edições posteriores do jornal.

Com isso em vista, este artigo analisa, através das reportagens publicadas no jornal *Estado de Minas*, os debates acerca dos tratamentos psiquiátricos bem como suas repercussões, uma vez que, o jornal foi usado como um meio para levar à sociedade aquilo que estava sendo discutido pelos psiquiatras e pela sociedade mineira no período.

Em 1979, o jornal *Estado de Minas* era publicado diariamente, com exceção da terça-feira, sendo que a publicação de domingo contava com um maior número de cadernos. Para os fins a que este artigo se propõe, foram analisadas todas as edições do jornal de 1979, uma vez que foi difícil encontrar um exemplar que não tenha trazido ao menos uma nota sobre o tema, especialmente entre os

⁵ Segundo o historiador Carlos Fico (2010), a referida abertura política foi iniciada no governo de Ernesto Geisel (1974-1979) e seguiu pelo governo de João Figueiredo (1979-1985). Esse processo de abertura política foi controlado pelos militares que estavam no poder e viam na anistia política e no fim do bipartidarismo meios para garantir uma fragmentação dos grupos e lideranças opositoras ao regime. Para mais, ver: NAPOLITANO, Marcos. “A democracia relativa”. Os anos Geisel. In: NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

⁶ NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

meses de junho a outubro. Vale salientar que desde 1978 a questão da loucura aparecia de forma esporádica no jornal. A consulta ao acervo foi realizada na Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais.

Um panorama da Assistência Psiquiátrica em Minas Gerais

A Assistência aos Alienados em Minas Gerais foi criada através da Lei nº 290, na virada do século XIX para o XX, quando uma aliança entre o Estado e a medicina foi formada e os discursos médicos começaram a forjar consensos de mudanças de comportamento na sociedade. Nessa aliança, o Estado encontrava na medicina o respaldo para suas ações, ao mesmo tempo que aumentava o prestígio da classe médica (PONTE, 2010). Neste período, “a questão higiênica, ao ser compreendida como forma de melhoramento da população, conferiu um caráter positivo à intervenção médica na sociedade, em especial a partir da década de 20 do século XX” (GONÇALVES, 2010, p. 112).

As estratégias profiláticas de controle da doença mental difundidas, sobretudo, a partir dos anos 20 do século XX, sob a égide dos princípios eugênicos propalados pelos defensores de uma política de higiene mental, serviriam para, de um lado, ampliar os mecanismos de identificação dos que deveriam ser imediatamente internados e, de outro, estender os tentáculos do poder do psiquiatra para muito além dos limites do mundo asilar, tal como sonharam os alienistas do século XIX. [...] (ENGEL, 2001, p. 309)

Dentro dessa lógica, a “loucura” e o desvio moral eram vistos como hereditários e deveriam ser combatidos. É por isso que, como afirma Magali Engel, “o seqüestro dos alienados considerados perigosos não constituía um atentado ao direito à liberdade” (2001, p. 270), uma vez que a medicina psiquiátrica tinha a tutela sobre essas pessoas e, no caso de indigentes, a tutela era ainda mais efetiva.

Ao atribuir ao louco uma identidade marginal e doente, a medicina torna a loucura ao mesmo tempo visível e invisível. Criam-se condições de possibilidades para a medicalização e a retirada da sociedade, segundo o encarceramento em instituições médicas, produzindo efeitos de tutela e afirmando a necessidade de enclausuramento deste para gestão de sua periculosidade social. Assim, o louco torna-se invisível para a totalidade social e, ao mesmo tempo, torna-se objeto visível e passível de intervenção pelos profissionais competentes, nas instituições organizadas para funcionarem como *locus* de terapeutização e reabilitação – ao mesmo tempo, é excluído do meio social, para ser incluído de outra forma em um outro lugar: o lugar da identidade marginal da doença mental, fonte de perigo e desordem social. (AMARANTE, 1998, p. 46)

Na década de 1970 pouca coisa havia mudado, a assistência psiquiátrica em Minas Gerais era o resultado da soma das políticas de saúde do período e de um modelo de tratamento que se reproduzia e, mesmo com duras críticas, era hegemônico e bastante lucrativo. Segundo Sarah Escorel (1999, p. 181), desde o golpe de 1964, o Sistema Nacional de Saúde tinha uma predominância, tanto política quanto financeira, de instituições previdenciárias e uma lógica de mercantilização da saúde. A saúde pública não era uma prioridade, o que pode ser observado quando analisada a parcela do Produto Interno Bruto (PIB) a ela destinada, menos de 2%.

[...] O regime militar, de um lado, implementava uma política econômica geradora de doenças e riscos à saúde; de outro lado, diminuía a oferta e reduzia a qualidade dos serviços públicos, potencializando ou sendo o responsável efetivo pela morbidade e mortalidade prevalentes na população brasileira. (ESCOREL, 1999, p. 182)

Durante a ditadura, principalmente após 1966, com a criação do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), houve um aumento significativo da participação do setor privado na saúde. Segundo André Braga (2019), na década de 1970 o INPS atuava de duas formas: ou investia na ampliação da rede hospitalar ou comprava os serviços de forma terceirizada. A predominância da última opção acabou estimulando internações que visavam o lucro. No que diz respeito à psiquiatria:

[...] esse movimento em direção à compra de serviços e o crescimento das unidades do setor privado deu-se em escala vertiginosa. Se em 1961 contávamos com 135 hospitais psiquiátricos, dos quais 54 eram públicos e 81 privados, [...] em 1971, o Brasil contava com 72 hospitais psiquiátricos públicos e 269 privados com 80.000 mil leitos. [...] (COELHO, 2016, p. 79)

O jornal *Estado de Minas* abordou o INPS e a psiquiatria em algumas matérias, como por exemplo: *INPS nega existência de internamento ilegal*. Segundo a publicação, o então presidente do INPS, Reinhold Stephanes, contestava a denúncia de que o “Instituto internou em 1977, desnecessariamente, cerca de 200 mil pacientes em clínicas psiquiátricas”⁷. Segundo o presidente do INPS, o número de internações (305.719) era apenas 1,19% acima do esperado para o período e considerado normal, mas que para os próximos anos a expectativa era de uma diminuição das internações motivada pelo estímulo a uma psiquiatria

⁷ ESTADO DE MINAS. *INPS nega existência de internamento ilegal*. Belo Horizonte, p. 07, 09 mar. 1978.

comunitária⁸. Uma das críticas que pesava sobre a psiquiatria na década de 1970 era o chamado hospitalismo, que pode ser resumido como a centralidade dada ao hospital psiquiátrico. O historiador André Braga apontou que:

As hospitalizações desnecessárias de pessoas que não apresentavam sintomas clínicos que indicassem a necessidade de internação eram também fonte de reclamação sobre o modelo tradicional, principalmente nos casos de reinternações de pessoas com dificuldades econômicas, levadas ao hospital pela “rádio patrulha” por embriaguez ou por ocasionarem distúrbios em vias públicas. [...] (2019, p. 73).

Em 28 de maio de 1978, o jornal trouxe uma matéria com o que supostamente seria parte de um documento da Federação Brasileira de Hospitais, o documento em questão denunciava que no Brasil havia:

leitos demais em casas de tratamento psiquiátrico e é o único país do mundo onde o número deles ainda aumenta; os hospitais psiquiátricos internam doentes que, em sua maioria, não precisam de internação; a assistência psiquiátrica hospitalar está superada; o doente deve permanecer com sua família; [...] o hospital psiquiátrico convencional é, por isto, uma instituição antidemocrática e repressora; os hospitais psiquiátricos privados mercadejam a loucura, pois são movidos pela ganância de lucros.⁹

Nesta reportagem havia ainda uma entrevista com o psiquiatra Sandoval de Castro Filho, então diretor-clínico da Clínica Pinel em Belo Horizonte, segundo o qual a loucura era um reflexo principalmente da insegurança financeira pela qual a maior parte da população passava, e que o então modelo de tratamento, além de agravar a situação, gerava um ciclo vicioso do qual era praticamente impossível escapar. No entanto, poucos dias após a publicação, o jornal divulgou uma nota de retratação em que o psiquiatra afirmava que as declarações a ele atribuídas haviam sido fruto de um equívoco e que ele não concordava com essa “campanha anti-hospital psiquiátrico”. Além disso, o médico ressaltou que as afirmações publicadas pelo jornal, atribuídas a um documento da Federação Brasileira de Hospitais, não eram verdadeiras¹⁰. O equívoco do jornal na publicação da primeira declaração ou, no caso de que a publicação tenha sido fiel ao que o psiquiatra havia dito, a necessidade do médico em expor que aquele não era seu pensamento, pode ser

⁸ *Idem*.

⁹ ESTADO DE MINAS. *Em BH, busca de novos caminhos para a psiquiatria*. Belo Horizonte, 1º Caderno, p. 11, 28 mai. 1978.

¹⁰ ESTADO DE MINAS. *Psiquiatra esclarece equívoco*. Belo Horizonte, p. 06, 14 jun. 1978.

um indício da disputa e das pressões que o tema gerava entre os profissionais da área, especialmente quando se referia às internações.

No dia 27 de junho de 1979, o jornal publicou a seguinte matéria: *Falta de leitos, um problema grave para a nossa psiquiatria*. Segundo a matéria, “enquanto a OMS (Organização Mundial da Saúde) determina que deve haver um leito hospitalar psiquiátrico para cada grupo de mil habitantes de áreas urbanas; esse índice, no Brasil, é de apenas 0,56 por mil, quando era de 0,75 por mil em 1972”¹¹. A afirmação, atribuída a Milton Sabbag e Benedito Artur Sampaio, respectivamente o presidente e o vice-presidente do Departamento de Psiquiatria da Federação Brasileira de Hospitais, contrariava o argumento da matéria publicada dia 28 de maio, de que havia um número excessivo de leitos em hospitais psiquiátricos no país. Afirmavam ainda que o isolamento não cronificava a enfermidade, sendo que o que muito provavelmente tornava a doença crônica era o fato de o paciente ficar curtos períodos internados, o que além de não resolver fazia com que ele retornasse. A reportagem defendia também que o Inamps (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social) ampliasse o número de leitos. A respeito do intenso debate que acontecia no jornal sobre a quantidade de leitos destinados à psiquiatria no país, uma matéria do dia 26 de novembro de 1978, levantou uma dúvida. Na publicação encontra-se a seguinte afirmação:

Uma das conclusões do Seminário Nacional de Assistência Médica Hospitalar, [...], foi de que, desde 1972, a assistência hospitalar no Brasil vem sendo reduzida a níveis bem inferiores às metas estabelecidas pelo governo. Segundo os participantes do seminário, o Ministério da Saúde tinha determinado que até 1983 o país deveria contar com um leito por mil habitantes urbanos e 0,5 leitos por mil habitantes no meio rural.¹²

Segundo a matéria, a quantidade de leitos hospitalares no Brasil seria inferior à quantidade recomendada, contudo, o texto fala de leitos hospitalares em geral, sem especificar se a recomendação diz respeito a leitos psiquiátricos¹³. O

¹¹ ESTADO DE MINAS. *Falta de leitos, um problema grave para a nossa psiquiatria*. Belo Horizonte, p. 07, 27 jun. 1978.

¹² ESTADO DE MINAS. *A perigosa redução da assistência hospitalar*. Belo Horizonte, 1º Caderno, p. 07, 26 nov. 1978.

¹³ Ao analisar a legislação que regulamentava a assistência psiquiátrica no Brasil na década de 1970, André Braga apontou que a partir da portaria nº 32/BSB de 27 de janeiro de 1974, a relação para leitos psiquiátricos em áreas urbanas deveria de ser 1 leito para cada 1.000 habitantes e de 1 leito a cada 2.000 habitantes na zona rural. Tal portaria, ainda segundo o historiador, priorizava o atendimento ambulatorial e a hospitalização curta (2019, p. 98).

texto também se dedicou a questão do hospital psiquiátrico com uma nova entrevista do médico Sandoval Filho, que criticou a perseguição aos hospitais psiquiátricos, já que, na sua visão, a internação em si não era um problema, o problema, na verdade, como afirmado por ele em outras entrevistas, eram as internações feitas sem necessidade¹⁴.

No ano de 1979, Belo Horizonte recebeu o apelido de “Capital da loucura”. Isto ocorreu devido ao alto índice de internações, considerado o maior do país no ano anterior. Alguns fatores foram levantados pelo periódico para tentar explicar esse fenômeno. Em entrevista ao jornalista Marcelo Procópio, o psiquiatra Otaviano Correia da Veiga Lima afirmou que este era um problema comum em todas as cidades grandes, mas em Belo Horizonte o aumento se dava em razão do grande número de imigrantes que chegavam à cidade. Outro fator apontado pelo psiquiatra era de que muitas pessoas, em especial as mais pobres, se passavam por psicóticos para obter a aposentadoria pelo Inamps. Havia ainda, segundo ele, uma grande quantidade de pessoas que não deveriam ser internadas e que se encontravam nos hospitais, além de usuários de drogas e aqueles que tinham um “comportamento irreverente em relação ao de sua tradicional família mineira. É comum ver adolescentes em clínicas, simplesmente porque as famílias querem puni-los”¹⁵. Com esta fala, o psiquiatra retira das clínicas e hospitais a responsabilidade pelas internações, colocando-a especialmente nos mais pobres e nas famílias que buscavam internação para punir algum membro, evidenciando mais uma vez, a quantidade de internações que eram feitas sem critérios clínicos bem definidos.

No domingo seguinte, Marcelo Procópio publicou uma outra reportagem sobre o tema e suas primeiras palavras foram “Belo Horizonte está louca”. Segundo o jornalista, 80% das pessoas que eram internadas em hospitais psiquiátricos mineiros eram internadas indevidamente. O jornalista cita como exemplo pessoas que simulavam a doença para conseguir aposentadoria e muitas mulheres que buscavam a internação para repousar. Apesar de não dizer explicitamente, Marcelo Procópio deixa subentendido que esta era uma prática das mulheres mais pobres, já que “[...] A classe média quando chega à estafa se preocupa com escolhas mais

¹⁴ ESTADO DE MINAS. *A perigosa redução da assistência hospitalar*. Belo Horizonte, 1º Caderno, p. 07, 26 nov. 1978.

¹⁵ PROCÓPIO, Marcelo. A psiquiatria está louca? In: *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 13 mai. 1979.

“honrosas”, tem obrigações sociais, disponibilidade financeira, por isso vai à praia, a uma estância mineral, se refaz”¹⁶. Neste trecho, novamente a responsabilidade pelas internações é retirada das instituições e colocada sobre a população mais pobre, especialmente as mulheres.

Cabe destacar, em meio a todas as informações contidas na matéria, a fala de um psiquiatra que não foi identificado, segundo o qual “[...] é engraçado saber que na Inglaterra os hospitais estão diminuindo a altura dos seus muros para um tratamento mais livre. Aqui, temos que subi-los, porque todo mundo quer entrar”¹⁷. Esse tipo de afirmação corroborava para um entendimento de que o tratamento nos hospitais e clínicas psiquiátricos mineiros eram adequados e que os problemas relatados vinham, na verdade, das internações desnecessárias e da própria população que buscava a internação.

Em Defesa da “Causa dos Loucos”

O debate em torno da assistência psiquiátrica em Minas Gerais estava inserido no contexto da organização da Reforma Sanitária e não é possível desvincular os temas. No jornal é possível encontrar dois grupos distintos debatendo a assistência psiquiátrica no estado. De um lado, defendendo o modelo hegemônico estavam principalmente Archimedes Theodoro, superintendente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG) e Affonso Moretzsohn, presidente do CRM-MG; do outro lado, criticando o que ocorria dentro das clínicas e hospitais psiquiátricos mineiros estavam principalmente o jornalista Hiram Firmino e os psiquiatras Halley Bessa e Francisco Paes Barreto.

No âmbito da saúde, de forma mais ampla, o médico Célio de Castro, delegado regional do Conselho Federal de Medicina (CFM), em uma entrevista ao jornalista Luiz Carlos Bernardes, falou suas impressões sobre o exercício da medicina no contexto da Ditadura militar. Para o médico, a medicina no Brasil passava por uma crise em decorrência da expansão do capitalismo no setor. A solução para tal problema, na percepção de Célio de Castro seria

¹⁶ PROCÓPIO, Marcelo. Hospitais fabricam os loucos incuráveis? In: *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 20 mai. 1979.

¹⁷ *Idem*.

[...] se aliar às forças populares que lutam por melhores condições de vida, saúde e trabalho. Aí, surge a questão da organização, entrando em cena a análise política. E a análise que o Movimento de Renovação Médica faz é que qualquer progresso que implique em melhorias reais das condições de saúde da população e do trabalho médico passa pela análise do modelo de saúde que, em suas diretrizes gerais, reflete o modelo econômico vigente, ou seja, é autoritário, porque fruto de elaboração burocrática que exclui a participação da população e dos profissionais de saúde; é privatizante, porque transfere à iniciativa privada todas as ações no campo da saúde; é mercantilista, pois, ao fazer a transferência, transforma o atendimento médico em objeto de lucro e transações; é antinacional, porque incentiva o crescimento da indústria de medicamentos e equipamentos estrangeiros; e é antipopular porque, em acordo com as universidades – centros de saber médico – proporciona a formação de médicos altamente especializados, que serão os futuros servidores das camadas privilegiadas, em detrimento da assistência à maioria da população. Qualquer modificação no modelo nacional de saúde passa por uma questão fundamental – a necessidade de democratização definitiva do sistema político brasileiro.¹⁸

O posicionamento de Célio de Castro é alinhado aos princípios da Reforma Sanitária. O médico também se pronunciou sobre a psiquiatria e as denúncias que estavam sendo publicadas no jornal. Reforçando sua visão geral sobre a medicina, Célio de Castro também via o problema como uma consequência de uma assistência voltada para “o lucro, a repressão e a punição”. No período analisado, no que diz respeito à saúde mental, o lucro gerado para o setor privado era expressivo, “favorecendo o fortalecimento do que se convencionou chamar de indústria da loucura” (CUNHA, 2013, p.29). Entretanto, segundo Cecília Cunha (2013), a década de 1970, sobretudo o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), foi marcado por críticas ao modelo e pela retomada de movimentos e organizações da sociedade civil, como pôde ser observado no posicionamento do médico.

Esse modelo de mercantilização da saúde começou a sofrer contestações a partir da segunda metade da década de 1970, quando, com o renascimento dos movimentos sociais, surgiram “possibilidades de articulação de forças sociais contrárias às políticas de saúde autoritárias e privatizantes” (PAIM, 2007, p.75). A partir de 1976, com a criação do *Centro de Estudos de Saúde* (Cebes), começou a se articular a Reforma Sanitária Brasileira¹⁹, que tinha como parte de suas propostas a “unificação dos serviços, a participação dos usuários, a ampliação do acesso e a qualidade da atenção” (PAIM, 2007, p. 77).

¹⁸ BERNARDES, Luiz Carlos. Qual o remédio para a Medicina? In: *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 05, 30 set, 1979.

¹⁹ A esse respeito, ver: SCOREL, Sarah. *Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. 208 p. ISBN 978-85-7541-361-6. Disponível em: SciELO Books.

Os anos entre 1975/76 e 1979 foram os momentos iniciais do movimento sanitário; foram as primeiras experiências de exercitar e operacionalizar as diretrizes transformadoras do sistema de saúde – para muitos, ‘pôr a mão na massa’ pela primeira vez – e também de conseguir a adesão de outras forças sociais e políticas para vir a constituir uma alternativa setorial. (ESCOREL, 1999, p. 135)

Assim, cabe destacar que o tema da saúde, em especial da saúde mental, não apareceu nas páginas do jornal *Estado de Minas* de um dia para o outro, as matérias publicadas em 1979 sobre a temática foram o fruto de um processo. Ao abrir o periódico aleatoriamente no ano de 1979 era bem provável encontrar alguma reportagem sobre os hospitais psiquiátricos mineiros e seus modelos de tratamentos, especialmente entre os meses de julho e dezembro. Até mesmo no caderno de esportes, onde foi publicada uma reportagem sobre o jogador Heleno, que faleceu no Hospital Colônia de Barbacena (HCB). Dentre estas publicações é possível destacar aquelas que foram escritas pelo jornalista Hiram Firmino, todas críticas ao modelo de tratamento hospitalocêntrico. A série de reportagens *Nos Porões da Loucura* é o maior exemplo, pois causou grande impacto e chegou a receber o prêmio Esso de jornalismo. A série foi escrita após uma visita de Hiram Firmino aos maiores hospitais psiquiátricos públicos do estado: Galba Velloso, Instituto Raul Soares (IRS) e HCB.

Em entrevista ao programa *Caminhos da Reportagem*, Hiram Firmino disse que a publicação constante de matérias com a temática foi uma estratégia para manter o debate e atenção dos leitores e leitoras até a data do *III Congresso de Psiquiatria*²⁰

nós mantivemos a chama acesa mostrando vários movimentos da sociedade, o meio político, reclamando da situação e tal. E quando teve o Congresso, aí foi o estopim. O Basaglia veio e detonou mesmo. Foi um Congresso histórico, lotado de gente, de pacientes, nunca um paciente tinha dado uma entrevista.²¹

Sendo assim, havia a clara intenção, por parte do jornalista, de dar visibilidade para o movimento que vinha acontecendo entre os profissionais da saúde e mobilizar a sociedade em prol das mudanças que vinham sendo propostas, uma vez que existia o receio de que a censura impedisse a publicação das

²⁰ O III Congresso de Psiquiatria aconteceu em Belo Horizonte em outubro de 1979 e foi um importante espaço para a mobilização da Luta Antimanicomial em Minas Gerais.

²¹ CAMINHOS DA REPORTAGEM. *Loucura e liberdade: saúde mental em Barbacena*. TV Brasil, 2015.

reportagens. Ainda na entrevista para o programa *Caminhos da Reportagem* Hiram Firmino relatou sua estratégia para burlar uma possível censura

na época, pra mim conseguir que o jornal deixasse publicar as reportagens e que não tivesse censura, o que eu fiz. Eu fui primeiro em Barbacena, né. Na realidade, eu fui no pior lugar, eu fui no final do itinerário da loucura, mas eu tive a habilidade, a expertise de começar pelo mais fraquinho, comecei pelo hospital Galba Veloso em Belo Horizonte, depois eu fui no Raul Soares, então eu fui como se fosse uma novela, eu fui aumentando a dose. Então as pessoas foram lendo, foram lendo, não sabiam o que tinha no dia seguinte, mas eu fui aumentando, aumentando, até chegar em Barbacena, aí na época vendeu muito jornal, por causa disso, então não teve como parar.²²

A estratégia do jornalista não impediu que o periódico publicasse matérias que rebatiam as críticas ao modelo de tratamento vigente e buscassem responder às denúncias de maus tratos dentro dos hospitais e clínicas psiquiátricas, talvez por isso, diversas reportagens de Hiram Firmino trouxessem o nome do então secretário de saúde do estado, Eduardo Levindo Coelho, como favorável a uma mudança no modelo de assistência psiquiátrica estadual, embora o secretário tenha se negado a conceder uma entrevista sobre o tema e não tenha comparecido ao *III Congresso Mineiro de Psiquiatria*.

Em uma série de reportagens, chamada *Depoimentos médicos exclusivos*, Hiram Firmino entrevistou o psiquiatra José Lorenzato de Mendonça. A entrevista, segunda da série, teve o seguinte título: *Esses nossos loucos, pobres loucos*. O médico afirmou que naquele período, em Minas Gerais, havia três possibilidades de assistência: “os que ganham muito dinheiro recorrem à psicanálise ou procuram tratamentos ainda mais sofisticados. A grande massa da nossa população é assistida pelo INPS, uma assistência evidentemente caótica, medieval, ainda do tipo asilar”²³. A terceira possibilidade de assistência apresentada era destinada a população pobre, principalmente do meio rural. Para essa parcela da população as possibilidades eram limitadas, havia os cuidados dos familiares, a cadeia, quando a situação se tornava insustentável para a família, ou a internação no IRS em Belo Horizonte ou no HCB, os “únicos hospícios de indigentes em Minas”²⁴. Em diversas reportagens Hiram Firmino comparou o HCB a um campo de concentração. Essa

²² *Idem*.

²³ FIRMINO, Hiram. *Esses nossos loucos, pobres loucos*. In: *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 21 set. 1978.

²⁴ *Idem*.

comparação havia sido feita inicialmente por Franco Basaglia, após uma visita ao HCB, a comparação continua a ser usada, como no caso do livro *O holocausto brasileiro*, da jornalista Daniela Arbex (2013).

A “Causa dos Loucos”, como passou a ser chamada no jornal as mobilizações em prol das pessoas internadas nos hospitais psiquiátricos, foi pauta de diversas notas e matérias, o que ajuda a analisar o alcance e a repercussão daquilo que era publicado sobre o tema. Na seção *Cartas à Redação* foram publicados elogios a série de reportagens *Nos Porões da Loucura*. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – seção Minas Gerais – enalteceu a série e, na mesma página, foi anunciado que 72 clubes de 45 cidades mineiras estavam organizando uma campanha para ajudar os doentes mentais de Barbacena²⁵.

Na outra ponta, Archimedes Theodoro, chefe da Superintendência Hospitalar de Minas Gerais, afirmou em entrevista ao periódico que as mobilizações não resolveriam o problema, já que o problema era a falta de verba. Salientou ainda que a sociedade não deveria “pressionar o governo como o vem fazendo ultimamente, mas sim participando da solução do problema, a começar por uma aceitação maior do doente mental em seu meio”²⁶.

Em meio às matérias que repercutiam a “Causa dos loucos”, é possível encontrar também reportagens que denunciavam as perseguições sofridas por médicos que faziam a crítica ao modelo asilar, como o caso do psiquiatra Halley Bessa, que havia sido advertido pelo CRM-MG por ter denunciado o que se passava nos hospitais psiquiátricos públicos e nas clínicas particulares. A denúncia contra o psiquiatra era movida com base no Código de Ética da profissão. De acordo com o jornal, Halley Bessa era um dos responsáveis pelo movimento de humanização da psiquiatria em Minas Gerais.

A denúncia que teria causado a advertência ao psiquiatra foi publicada pelo *Estado de Minas* em agosto de 1979. Nela, o médico criticou o modelo de tratamento vigente, afirmou que as clínicas particulares eram conhecidas entre os médicos como “gaiolas de ouro” e que se preocupavam apenas com os valores das diárias. Segundo o psiquiatra, o problema não era novidade e ele já havia

²⁵ ESTADO DE MINAS. *Clube de 45 cidades vão ajudar os doentes mentais*. Belo Horizonte, p. 07, 05 out. 1979.

²⁶ ESTADO DE MINAS. “Causa dos Loucos”. Um exemplo de humanidade. Belo Horizonte, p. 08, 09 out. 1979.

apresentado uma tese de como o modelo era desumano e ineficaz em 1948, no *Congresso Brasileiro de Psiquiatria*. Halley Bessa afirmou também que não era “nenhum herói, mas se me derem um hospital vazio e com verba suficiente, mostro que é possível não somente tratar, mas recuperar o doente mental. Sei de vários médicos revoltados que aceitariam participar do desafio”²⁷.

No dia seguinte à essa publicação, o psiquiatra Affonso Moretzsohn, então presidente do CRM-MG, afirmou desconhecer qualquer advertência a Halley Bessa e a Francisco Paes Barreto (outro médico mineiro que havia denunciado hospitais psiquiátricos no jornal). Logo abaixo da entrevista com o presidente do CRM-MG, o jornal publicou novamente a entrevista com Francisco Paes Barreto que havia motivado a suposta advertência. O médico, que era professor-assistente de residência em Psiquiatria na FHEMIG, afirmou ao jornal que “somente a criação de uma Associação Nacional de Defesa dos direitos do doente mental poderia diminuir os maus tratos”²⁸.

Para Francisco Paes Barreto o modelo asilar não curava e ainda piorava a situação dos doentes mentais. É possível notar, a partir das entrevistas, uma grande influência do pensamento de Franco Basaglia nos posicionamentos dos psiquiatras brasileiros. Halley Bessa defendia um tratamento ambulatorial, comparava os hospitais psiquiátricos a casas de punição e os psiquiatras a “verdadeiros carrascos”. O médico ainda teceu críticas ao modelo de mercantilização da saúde, em especial das clínicas particulares e, quanto ao CRM-MG, afirmou que qualquer punição que viesse não seria representativa da categoria, uma vez que

já existe uma corrente considerável de profissionais que discordam do modo de agir do Conselho – acentuou. Uma corrente que cresce a cada dia. São profissionais que, como eu, não entendem por que se deve punir alguém que faz uma denúncia real, ao invés de apurá-la e informar ao público. Infelizmente, no Brasil, as pessoas são punidas não pelo que elas falam, mas pelo fato de terem falado.²⁹

Retomando o posicionamento do psiquiatra Moretzsohn, o médico havia publicado uma nota no jornal em 1978 com o seguinte título: *Psiquiatria como*

²⁷ ESTADO DE MINAS. *CRM adverte psiquiatra que denunciou o drama dos loucos*. Belo Horizonte, p. 09, 18 out. 1979.

²⁸ ESTADO DE MINAS. *Defendendo os direitos dos doentes mentais*. Belo Horizonte, p. 08, 19 out. 1979.

²⁹ *Idem*.

notícia. Ao longo do texto, o presidente do CRM-MG fez um breve resumo da psiquiatria do século XX, e procurou defender o que nomeou de “psiquiatria clássica”. O médico usou o espaço para criticar filmes, programas de “TV bombásticos”, “entrevistas elevadas de má-fé, como a concedida ao ESTADO DE MINAS (ed. 27-9-77) sobre os riscos do eletrochoque”³⁰ que colocavam o psiquiatra e o hospital psiquiátrico de “modo negativo”. O médico ainda falou sobre a crítica às internações

A propósito, é estranho o combate que se faz às hospitalizações em psiquiatria. São necessárias, infelizmente, e podemos dizer que o combate quase nunca é fundamentado em motivos de ordem médica, mas, sim, noutros de certa forma escusos. Infelizmente, repito, as hospitalizações são necessárias e são para o bem e não para o mal, tanto quanto são necessárias as cirurgias.³¹

Ao ler essa nota foi possível entender melhor o porquê de Moretzsohn ter feito críticas diretas a Franco Basaglia no jornal. No texto, o médico criticou movimentos que propunham uma nova abordagem ao tratamento psiquiátrico que, segundo ele, política ou ideologicamente negavam tanto a psiquiatria quanto a doença mental. O médico terminou a nota pedindo

Mais seriedade, mais serenidade e discernimento e sobretudo mais ética médica quando o assunto a ser tratado envolve doentes, doenças, sofrimentos e dores. É mister lembrar que não há somente as idéias e órgãos dos sentidos, mas, sim, também um mundo de reflexos, de espelhos e de sonhos, ou que entre o pensamento e a ação há também um mundo de sombras...³²

As críticas a Franco Basaglia geraram reações e, no dia 21 de outubro, o jornal publicou uma reportagem procurando esclarecer para os leitores quem era o psiquiatra italiano. Essa situação evidencia que o jornal passou a ser usado como um meio de levar a população em geral o que estava sendo debatido entre os médicos mineiros no que diz respeito à assistência psiquiátrica.

Nas reportagens também é possível encontrar soluções para a “Causa dos loucos”. Como por exemplo a proposta de Archimedes Theodoro, superintendente da FHEMIG, segundo o qual o problema não era de falta de humanidade e sim de

³⁰ MORETZSOHN, J. Affonso. Psiquiatria como notícia. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 04, 17 mar. 1978.

³¹ *Idem*.

³² *Idem*.

verba e que, antes mesmo da abertura dos hospitais à imprensa, a Fundação já havia iniciado estudos para resolver a situação, propondo a contratação imediata de mais médicos e enfermeiros, além da intenção de diminuir as internações, sobretudo em Barbacena, o que era dado como solução para a maior parte dos problemas, no entanto, ele não especificou de que forma isso seria feito³³.

Outra proposta de Archimedes Theodoro foi realocar pacientes, transferindo-os para a zona rural em outros tipos de atividades terapêuticas, para isso, seriam desativadas “duas das cinco colônias de hansenianos do Estado, remodelando suas instalações”³⁴ que receberiam os internos do HCB, o que deixa margem para se interpretar que na zona rural o isolamento continuaria, nesse caso, a solução apresentada seria apenas mudar essas pessoas de lugar, o que custaria, conforme publicado no dia 21 de outubro, Cr\$ 30 milhões de cruzeiros³⁵. A primeira crítica a esta proposta veio do deputado Ademir Lucas, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que criticava a tentativa de resolver o problema da “Causa dos Loucos” sem se levar em conta o problema da hanseníase, que se encontrava “em situação igualmente degradante”³⁶.

Algumas propostas eram mais claras em seus objetivos, como a apresentada na reportagem *Psiquiatra mostra que é possível tratar o louco como um ser humano*. Interessante observar que diante do panorama do período, a sugestão soava quase utópica

Doentes mentais entrando e saindo dos hospitais e das clínicas, sendo tratados como seres humanos, ouvidos, estudados e remanejados para a vida social segundo suas aptidões com a família participando de sua recuperação. A medicação seria quase inexistente e eliminados definitivamente os eletrochoques. Nada de gente babando e andando como robôs pelos corredores. Ao contrário, haveria uma convivência pacífica e fraternal com os médicos, atendentes, funcionários e os outros pacientes. Todos seriam responsáveis pelos seus atos, com isso diminuiriam as despesas dos hospitais.³⁷

³³ ESTADO DE MINAS. *Governo marca prazo para humanizar seus hospícios*. Belo Horizonte, p. 07, 06 out. 1979.

³⁴ *Idem*.

³⁵ ESTADO DE MINAS. *Psiquiatras pedem que governo mantenha os manicômios abertos*. Belo Horizonte, 1º Caderno, p. 12, 21 out. 1979.

³⁶ ESTADO DE MINAS. *Deputado critica solução imediatista para os loucos*. Belo Horizonte, p. 08, 27 out. 1979.

³⁷ ESTADO DE MINAS. *Psiquiatra mostra que é possível tratar o louco como um ser humano*. Belo Horizonte, 1º Caderno, p. 10, 14 out. 1979.

A proposta da psiquiatra Maria Cristina de Oliveira Contigli, que era membro da comissão científica do *III Congresso de Psiquiatria* era ousada, mas não sem fundamentos. Segundo a reportagem, a médica já havia proposto algo parecido sete anos antes, sem obter nenhuma resposta. A iniciativa baseava-se na experiência da médica mineira no hospital psiquiátrico Encarnación Blaya, em Porto Alegre, onde, segundo ela, os doentes mentais eram tratados como seres humanos. Um dos entraves apontados por Maria Cristina para o modelo proposto era que neste tipo de hospital “a gente tem de trabalhar mesmo. Não é como aqui, onde o médico acaba se escondendo no ‘quarto de plantão’ por falta de condições e estímulos”³⁸.

A partir do início do mês de novembro o tema central passou a ser o *III Congresso Mineiro de Psiquiatria* e o plano elaborado pelo Estado para a reestruturação dos hospitais psiquiátricos. No início de 1980, as reportagens sobre o tema foram reduzidas de forma drástica, o que não significa que a assistência psiquiátrica tenha perdido relevância no debate social, pelo contrário, o *III Congresso Mineiro de Psiquiatria* é um marco dessa mobilização, assim como o *II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental* realizado em Bauru em 1987.

Considerações finais

A análise das páginas do periódico permite observar a complexidade dos debates sobre diversas abordagens de tratamentos e diferentes perspectivas sobre a loucura e a doença mental. A maioria dos médicos que deram entrevista ao jornal procuravam evidenciar os problemas da assistência psiquiátrica do período e, por meio da imprensa, buscavam mobilizar a população em prol da “Causa dos Loucos”. O *Estado de Minas* não foi apenas um repositório de notícias, foi um espaço de disputa entre médicos, burocratas e a sociedade civil que mobilizaram argumentos para contestar ou dar legitimidade ao modelo vigente.

A análise das fontes revela que o embate pela reforma psiquiátrica não se restringiu à esfera da humanização do cuidado, configurando-se também como uma disputa econômica estrutural. Ao longo de 1979, as denúncias explicitaram

³⁸ *Idem.*

como a mercantilização da saúde e a chamada “Indústria da Loucura” sustentavam o modelo asilar, transformando o sofrimento mental em fonte de lucro para o setor privado. Portanto, a mobilização observada não visava apenas a uma mudança terapêutica, mas o desmonte de uma engrenagem financeira que priorizava a manutenção dos manicômios e a cronificação dos pacientes em detrimento de uma assistência pública eficaz.

Ao dar visibilidade para a situação em que viviam milhares de pessoas internadas em hospitais psiquiátricos em Minas Gerais, o jornal *Estado de Minas* atuou como um agente mobilizador de debate, o que pode ser observado na quantidade de notas enviadas pelos leitores e leitoras e que foram publicadas. Apesar da redução das reportagens sobre o tema a partir de 1980, os profissionais da saúde e a população continuaram (e continuam até os dias de hoje) mobilizados por uma sociedade sem manicômios, sendo a Lei da Reforma Psiquiátrica, sancionada em 2001, um fruto da Luta Antimanicomial, que segue atuante.

Em trabalhos futuros pode ser analisada a aparente contradição editorial do *Estado de Minas*. Embora este estudo tenha evidenciado o papel do jornal como agente mobilizador da Luta Antimanicomial, resta investigar o que motivou um veículo historicamente conservador e alinhado ao regime militar a dar tanto espaço para uma pauta progressista. Pesquisas futuras poderiam examinar se essa abertura refletia uma estratégia comercial, um ataque político indireto à gestão do sistema previdenciário ou uma manobra de adaptação à abertura democrática, esclarecendo os interesses institucionais que permitiram essa convergência.

Referências

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: 2º Ed. Fiocruz, 1998.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BRAGA, André Luiz de Carvalho. **A Assistência Psiquiátrica No Brasil**: As Ações Do Ministério Da Saúde (1961-1979). 225 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

COELHO, Ivan Batista. **Os Hospitais no Brasil**. São Paulo: HUCITEC Editora, 2016.

CUNHA, Cecília de Menezes Sobreira. **A Fundação Da Casa De Saúde Santa Teresa Em Crato-Ce (1970):** História Local, Médicos E Políticas Públicas Para A Área Psiquiátrica. 191 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão:** médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

ESCOREL, Sarah. **Reviravolta na saúde:** origem e articulação do movimento sanitário [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. 208 p. ISBN 978-85-7541-361-6.

GONÇALVES, Tatiana Fecchio da Cunha. **A Representação Do Louco E Da Loucura Nas Imagens De Quatro Fotógrafos Brasileiros Do Século XX:** Alice Brill, Leonid Streliaev, Cláudio Edinger, Claudia Martins. 319 f. Tese – Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas.** 2º ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PAIM, Jairnilson Silva. **Reforma Sanitária Brasileira:** contribuição para a compreensão e crítica. 300 f. Tese – Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PONTE, Carlos Fidélis. O Brasil no microscópio. In: PONTE, Carlos Fidélis; FALLEIROS, Ialê. org. **Na corda bamba de sombrinha:** a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010.

RODRIGUES, Hila; AMARAL, Laio. Jornalismo político e enquadramento: uma análise da cobertura da ditadura militar pelo jornal Estado de Minas. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO XVII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 2012, Ouro Preto - Ouro Preto: Intercom, 2012.

Maria Alice Mendes Pereira

Doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Possui graduação em História licenciatura pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Entre 2013 e 2024 atuou como professora da educação básica na rede pública do Estado de Minas Gerais. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), o Grupo de Estudos sobre Saúde Pública (UNIFESP) e o Grupo de Estudos e Pesquisas Samuel Pessoa (USP).
